



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça da Paraíba**  
**Gabinete Des. Carlos Martins Beltrão Filho**

**ACÓRDÃO**

**HABEAS CORPUS N° 0001050-48.2015.815.0000 – Comarca de Pilões/PB**

**RELATOR:** Dr. José Guedes Cavalcanti Neto, Juiz de Direito convocado para substituir o Desembargador Carlos Martins Beltrão Filho

**IMPETRANTE:** Henrique Toscano Henriques (OAB/PB 15.196) e Kleyton César Alves da Silva Viriato (OAB/PB 17.345)

**PACIENTE:** José Carlos dos Santos Bezerra

**HABEAS CORPUS.** PRISÃO CAUTELAR. IMPETRAÇÃO POR ADVOGADO. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. AUSÊNCIA DE PROVAS PRÉ-CONSTITUÍDAS. INCIDÊNCIA DA ÚLTIMA PARTE DO ART. 252 DO RITJ/PB. NÃO CONHECIMENTO DO WRIT.

1. O pedido de *habeas corpus* deve ser, suficientemente, instruído com prova consistente e pré-constituída, não se conhecendo do *writ* que não venha a preencher tal requisito, mormente em se tratando de impetração subscrita por advogado.

2. “O impetrante do *habeas corpus*, especialmente quando detentor de capacidade postulatória, tem o dever processual de instruir adequadamente o pedido que dirige ao órgão judiciário competente para apreciar o *writ* constitucional. O descumprimento dessa obrigação jurídica inviabiliza o exame da postulação.”

**VISTOS**, relatados e discutidos estes autos de *habeas corpus*, acima identificados:

**ACORDA** a Egrégia Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, à unanimidade, em não conhecer a ordem mandamental.

**RELATÓRIO**

Trata-se de ordem de *habeas corpus*, impetrada pelos Béis. Henrique Toscano Henriques (OAB/PB 15.196) e Kleyton César Alves da Silva Viriato (OAB/PB 17.345), em favor de José Carlos dos Santos Bezerra, qualificado inicialmente, alegando, para tanto, suposto constrangimento ilegal



**Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça da Paraíba  
Gabinete Des. Carlos Martins Beltrão Filho**

proveniente do Juízo de Direito da Comarca de Pilões/PB.

No presente remédio constitucional o impetrante alega que o paciente não tem correlação com a atividade que está sendo acusado, bem como por falta de fundamentação no decreto preventivo.

Registre-se que a impetrante deixou de colacionar aos autos cópia do decreto prisional da paciente.

Conclusos, coloquei-os em mesa para julgamento (fls. 20).

Em parecer oral, manifestou-se a Procuradoria-Geral de Justiça pelo não conhecimento do *writ*.

É o relatório.

**VOTO**

Hei de suscitar, de início, a preliminar de não conhecimento do presente remédio heróico, uma vez que não existe nenhum documento para demonstrar a certeza das alegações expostas, pois, a impetrante não instruiu a inicial, não colacionou aos autos o documento apto a comprovar suas alegações.

E, para essa ilação, valho-me do que vem a prescrever o art. 252, última parte, do Regimento Interno deste E. TJ/PB, o qual dispõe:

RITJ/PB – “Art. 252. Quando o pedido for manifestamente incabível, ou for manifesta a incompetência do Tribunal para dele conhecer originariamente, ou se tratar de reiteração de outro com os mesmos fundamentos, ou, ainda, não vier devidamente instruído, liminarmente dele não se conhecerá.”

Ora, ao compulsar os autos, verifica-se, *data venia*, que os impetrantes, limitaram-se a narrar, e de forma sucinta, a suposta situação de ilegalidade pela qual vem passando a paciente, contudo, deixou de anexar cópia do decreto prisional, o que era necessário.

Dessarte, devendo o pedido de *habeas corpus* ser, suficientemente, instruído com prova consistente e pré-constituída, não se conhece do *writ* que não venha a preencher tal requisito, mormente em se tratando de impetração subscrita por advogado, como sói acontecer na vertente hipótese.



**Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça da Paraíba  
Gabinete Des. Carlos Martins Beltrão Filho**

A respeito da matéria, registre-se o salutar magistério dos eminentes professores Ada Pellegrini Grinover, Antônio Magalhães Gomes Filho e Antônio Scarance Fernandes, sedimentado nestes termos:

“Apesar do silêncio da lei, é também conveniente que a petição de habeas corpus seja instruída por documentos aptos a demonstrar a ilegalidade da situação de constrangimento ou ameaça trazidos a conhecimento do órgão judiciário; embora a omissão possa vir a ser suprida pelas informações do impetrado ou por outra diligência, determinada de ofício pelo juiz ou tribunal, é do interesse do impetrante e do paciente que desde logo fique positivada a ilegalidade.” (in Recursos no Processo Penal, 2ª ed., pág. 361, Editora Revista dos Tribunais, 2000).

E, mais adiante, lecionam os preclaros mestres:

“Em face de suas características fundamentais – simplicidade e sumariedade – o procedimento do habeas corpus não possui uma fase de instrução probatória, mas isso não significa, absolutamente, que não seja necessária a produção de provas destinadas à demonstração dos fatos, até porque somente a indiscutibilidade destes dará lugar à concessão da ordem.

De regra, a inicial deve vir acompanhada de prova documental pré-constituída, que propicie o exame, pelo juiz ou tribunal, dos fatos caracterizadores do constrangimento ou ameaça, bem como de sua ilegalidade, pois ao impetrante incumbe o ônus da prova.” (in ob. cit., págs. 373-374).

A jurisprudência, por sua vez, é pacífica nesse sentido, conforme se extrai dos seguintes arestos:

HABEAS CORPUS. PRISÃO CAUTELAR. IMPETRAÇÃO POR DEFENSOR PÚBLICO. INICIAL DESACOMPANHADA DE DOCUMENTOS QUE PERMITAM ANALISAR OS FUNDAMENTOS DA IRRESIGNAÇÃO. FEITO NÃO INSTRUÍDO CORRETA E SUFICIENTEMENTE. DEVER DO PROFISSIONAL DO DIREITO. AÇÃO CONSTITUCIONAL QUE EXIGE PROVA PRÉ-



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça da Paraíba**  
**Gabinete Des. Carlos Martins Beltrão Filho**

CONSTITUÍDA. NÃO CONHECIMENTO. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. (Habeas Corpus Nº 70061122412, Oitava Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Fabianne Breton Baisch, Julgado em 15/08/2014)

"HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. 1. EXTENSÃO DOS EFEITOS DA DECISÃO CONCESSIVA DE LIBERDADE. IMPOSSIBILIDADE. DEFICIENTE INSTRUÇÃO DO FEITO. AUSÊNCIA DO DECRETO DE PRISÃO PREVENTIVA. 2. INTERROGATÓRIO DE CORRÉU. INDEFERIMENTO DE PERGUNTAS FORMULADAS PELO ADVOGADO DAS ACUSADAS. NULIDADE. INEXISTÊNCIA. 3. EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. INOCORRÊNCIA. RAZOABILIDADE. COMPLEXIDADE DO FEITO. 4. ORDEM CONHECIDA EM PARTE E, NESSA EXTENSÃO, DENEGADA.

1. O habeas corpus deve vir instruído com todas as provas que sustentem as alegações nele contidas, já que não se admite dilação probatória. Se o impetrante deixa de trazer aos autos cópia do decreto preventivo, incabível a análise da ilegalidade do referido decisum em virtude da deficiente instrução do writ. (...)"

(STJ - HC nº 177.101/AL - Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze - Quinta Turma - DJ: 04/10/2011 - DP: 27/10/2011)

"HABEAS CORPUS - HOMICÍDIO TENTADO - DECISÃO DE PRONÚNCIA - PACIENTE FORAGIDO - PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA - AUSÊNCIA DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA - INSTRUÇÃO DO FEITO - ÔNUS DO IMPETRANTE - NÃO CONHECER DA IMPETRAÇÃO. 1 - Como é cediço, cabe ao impetrante instruir a inicial com todos e quaisquer documentos capazes de comprovar os fatos alegados, uma vez que a via estreita do Habeas Corpus, de cognição e instrução sumárias, não comporta dilação probatória. 2 - Constatado que não foram trazidos aos autos quaisquer documentos capazes de comprovar o sustentado na inicial, tampouco a cópia da decisão de



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça da Paraíba**  
**Gabinete Des. Carlos Martins Beltrão Filho**

pronúncia, bem como a decisão que decretou a prisão preventiva do paciente, impossibilitada se torna a análise do alegado constrangimento ilegal". (TJMG – Processo nº 1.0000.09.512123-2/000(1) - Rel. Des. Eduardo Machado – DJ: 02/02/2010 - DP: 23/02/2010).

Ante o exposto, **não conheço da ordem.**

É o meu voto.

Presidiu ao julgamento, com voto, o Desembargador Joás de Brito Pereira Filho, dele participando, além de mim, Relator, o Dr. Marcos William de Oliveira, Juiz de Direito convocado para substituir o Desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos.

Presente à sessão o Excelentíssimo Senhor Doutor Amadeus Lopes Ferreira, Promotor de Justiça convocado.

Sala de Sessões "Des. Manoel Taigy de Queiroz Melo Filho" da Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, aos 03 (três) dias do mês de março do ano de 2015.

João Pessoa, 03 de março de 2015

José Guedes Cavalcanti Neto  
Juiz de Direito convocado  
- Relator -